

Veneza Empreendimentos e Participações S.A.

CNPJ 08.503.652/0001-50

Sede: Avenida Ipiranga, 282, 9º andar, Consolação, São Paulo, SP



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas, Colocamo-nos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários.

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis da Veneza Empreendimentos e Participações S.A., relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011, acompanhadas das Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes. São Paulo, SP, 15 de fevereiro de 2012.

Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil					
ATIVO	2011	2010	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2011	2010
CIRCULANTE	60.750	28.073	CIRCULANTE	1.948	1.463
Caixa e Equivalentes de Caixa (Nota 5)	60.344	27.951	Impostos e Contribuições a Recolher (Nota 8c)	1.580	1.172
Tributos a Compensar ou a Recuperar (Nota 8b)	406	122	Dividendos a Pagar (Nota 7d)	292	233
			Outras Obrigações	76	58
NÃO CIRCULANTE	50.955	52.700	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	109.757	79.310
Propriedade de Investimentos (Nota 6)	50.955	52.700	Capital Social:		
			- De Domiciliados no País (Nota 7a)	52.750	52.750
			Reservas de Lucros (Nota 7c)	57.007	26.560
TOTAL	111.705	80.773	TOTAL	111.705	80.773

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - Em Reais mil						
	Exercícios findos em 31 de dezembro		DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO - Em Reais mil			
	2011	2010	Eventos	Capital Social	Reservas de Lucros Legal Estatutária	Lucros Acumulados Totais
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	35.060	29.783	Saldos em 31.12.2009	60.553	2.229	32.019
Receitas de Aluguel (Nota 6)	35.060	29.783	Redução do Capital	(7.803)	-	-
DEDUÇÃO DA RECEITA BRUTA	(1.280)	(1.087)	Dividendos pagos com reservas	-	-	(32.019)
Impostos Incidentes sobre Receita Bruta	(1.280)	(1.087)	Lucro Líquido do Exercício	-	-	24.564
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	33.780	28.696	Destinações:			
CUSTO OPERACIONAL	(2.205)	(2.205)	- Reservas	-	1.228	23.103
Depreciação (Nota 6)	(2.205)	(2.205)	- Dividendos Propostos (R\$ 3,46 por lote de mil ações)	-	-	(233)
LUCRO BRUTO	31.575	26.491	Saldos em 31.12.2010	52.750	3.457	23.103
RECEITAS OPERACIONAIS	4.708	2.210	Lucro Líquido do Exercício	-	-	30.739
Receitas Financeiras Líquidas (Nota 9)	4.708	2.210	Destinações:			
DESPESAS OPERACIONAIS	(153)	(169)	- Reservas	-	1.537	(1.537)
Despesas Tributárias	-	(1)	- Reservas Estatutária	-	-	28.910
Despesas Gerais e Administrativas (Nota 10)	(153)	(168)	- Dividendos Propostos (R\$ 3,46 por lote de mil ações)	-	-	(292)
RESULTADO OPERACIONAL	36.130	28.532	Saldos em 31.12.2011	52.750	4.994	52.013
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	36.130	28.532				
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 8a)	(5.391)	(3.968)				
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	30.739	24.564				
Número de Ações	70.836.340	70.836.340				
Lucro Líquido Básico por lote de mil ações em R\$	433,94	346,77				

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - Em Reais mil					
Descrição	Exercícios findos em 31 de dezembro				
	2011	%	2010	%	
1 - RECEITAS	35.060	93,7	29.783	100,4	
1.1) Vendas Mercadorias, Produtos e Serviços	35.060	93,7	29.783	100,4	
2 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(126)	(0,3)	(129)	(0,3)	
Serviços de Terceiros	(33)	(0,1)	(22)	(0,1)	
Outros	(93)	(0,3)	(107)	(0,3)	
3 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	34.934	93,3	29.654	100,0	
4 - DEPRECAÇÕES E AMORTIZAÇÕES	(2.205)	(5,9)	(2.205)	(7,4)	
Depreciação	(2.205)	(5,9)	(2.205)	(7,4)	
5 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (3-4)	32.729	87,4	27.449	92,5	
6 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	4.708	12,6	2.210	7,5	
Receitas Financeiras	4.708	12,6	2.210	7,5	
7 - VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5+6)	37.437	100,0	29.659	100,0	
8 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO TOTAL	37.437	100,0	29.659	100,0	
8.1) Impostos, Taxas e Contribuições	6.698	17,9	5.095	17,2	
Federais	6.698	17,9	5.095	17,2	
Estaduais	-	-	-	-	
Municipais	-	-	-	-	
8.2) Remuneração de Capitais de Terceiros e Outros..	30.739	82,1	24.564	82,8	
8.3) Remuneração de Capitais Próprios	-	-	233	0,8	
Dividendos	-	-	233	0,8	
Lucros Retidos	30.739	82,1	24.331	82,0	

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Em Reais mil

1) CONTEXTO OPERACIONAL

A Veneza Empreendimentos e Participações S.A. é uma empresa que tem como objetivo a administração, locação, compra e venda de bens próprios e participação em outras sociedades como cotista ou acionista. A Veneza Empreendimentos e Participações S.A. é parte integrante da Organização Bradesco, utilizando-se de seus recursos administrativos e tecnológicos e suas demonstrações financeiras devem ser entendidas neste contexto.

A autorização para a emissão destas demonstrações contábeis foi concedida pela Diretoria em 15 de fevereiro de 2012.

2) RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo quando indicado de outra forma.

2.1) Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as normas contábeis brasileiras emitidas pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPCs), aplicáveis a pequenas e médias empresas - Pronunciamento Técnico PME - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas. As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir a mensuração dos ativos ao seu valor justo, quando aplicável.

A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis, conforme nota 4.

2.2) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados utilizando-se a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("moeda funcional"). As demonstrações contábeis foram preparadas em Real (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e, também, a sua moeda de apresentação e estão sendo apresentadas em milhares de reais.

2.3) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e fundos de investimentos, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

2.4) Ativos Financeiros

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado subdividido em: mantidos para negociação e designados ao valor justo por meio de resultado, no reconhecimento inicial; disponíveis para venda, mantidos até o vencimento e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

a) Mensurados ao valor justo por meio do resultado

1 - Designados no reconhecimento inicial

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010 a Companhia não possuía nenhum ativo financeiro designado a valor justo por meio do resultado.

II - Ativos financeiros para negociação

Os ativos financeiros para negociação são os ativos mantidos pela Companhia com o propósito de negociar no curto prazo, ou que a Companhia mantém como parte de uma carteira administrada em conjunto para obtenção de lucro no curto prazo ou para tomada de posições. Os instrumentos financeiros também são categorizados como mantidos para negociação, a menos que tenham sido designados como instrumentos de hedge.

Os ativos financeiros mantidos para negociação são adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período.

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010 a Companhia não possuía ativos financeiros para negociação.

b) Ativos financeiros disponíveis para venda

Investimentos disponíveis para venda são ativos financeiros não derivativos que não são classificados em mantidos até o vencimento ou para negociação para os quais existe a intenção de mantê-los por um período de tempo indefinido e que podem ser vendidos em resposta a mudanças nas taxas de juros, taxas de câmbio, preços de títulos de patrimônio ou necessidades de liquidez.

Ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos inicialmente a valor justo, os quais correspondem ao valor pago incluindo os custos de transação, e são mensurados subsequentemente a valor justo com os ganhos e perdas reconhecidos no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes, com exceção das perdas por valor não recuperável e dos ganhos e perdas cambiais de conversão. Se um ativo financeiro disponível para venda apresentar uma perda por valor não recuperável, a perda acumulada registrada no resultado abrangente é reconhecida na demonstração do resultado.

A receita de juros é reconhecida no resultado utilizando-se o método da taxa efetiva de juros.

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010 a Companhia não possuía ativos financeiros disponíveis para venda.

c) Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Os investimentos mantidos até o vencimento são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e vencimento fixo que a Companhia tem intenção e capacidade de manter até o vencimento e que não são designados como avaliados pelo valor justo por meio do resultado, ou como disponíveis para venda.

Os ativos financeiros mantidos até o vencimento são reconhecidos inicialmente a valor justo incluindo os custos diretos e incrementais e contabilizados subsequentemente pelo custo amortizado utilizando-se o método da taxa efetiva de juros.

Os juros sobre os ativos financeiros mantidos até o vencimento estão incluídos no resultado como "Receitas Financeiras". No caso de deterioração, a perda por valor não recuperável é relatada como uma redução do valor contábil do investimento e é reconhecida na demonstração do resultado.

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010 a Companhia não possuía ativos financeiros mantidos até o vencimento.

d) Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis que não são cotados em um mercado ativo e que a Companhia não tem a intenção de vender imediatamente ou no curto prazo.

Os empréstimos e recebíveis são mensurados inicialmente pelo valor justo mais os custos diretos de transação, e subsequentemente avaliados pelo custo amortizado utilizando-se o método da taxa efetiva de juros.

Ativos financeiros adquiridos com compromissos de revenda são registrados como empréstimos e adiantamentos à instituições de crédito ou clientes, conforme apropriado. A diferença entre o preço de venda e de recompra é tratada como juros e reconhecida ao longo do prazo do contrato com base na taxa efetiva de juros.

Juros sobre empréstimos e recebíveis são incluídos no resultado como "Receitas Financeiras". No caso de deterioração, a perda por valor não recuperável é relatada como uma redução do valor contábil dos empréstimos e adiantamentos e é reconhecida na demonstração do resultado, como perda por redução ao valor recuperável de empréstimos e adiantamentos.

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010 a Companhia não possuía empréstimos e recebíveis.

2.5) Passivos Financeiros

A Companhia classifica seus passivos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados a valor justo por meio do resultado e custo amortizado.

a) Mensurados a valor justo por meio do resultado

São registrados e avaliados pelo valor justo, sendo as respectivas modificações do valor justo reconhecidas imediatamente no resultado. Estes passivos podem ser subdivididos em duas classificações distintas: passivos financeiros designados a valor justo por meio do resultado e passivos financeiros mantidos para negociação.

1 - Designados no reconhecimento inicial

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010 a Companhia não possuía nenhum passivo financeiro designado ao valor justo no reconhecimento inicial.

II - Passivos financeiros para negociação

Os passivos financeiros para negociação são os passivos mantidos pela Companhia com o propósito de venda ou recompra no curto prazo, ou que mantêm como parte de uma carteira administrada em conjunto para obtenção de lucro no curto prazo ou para tomada de posições.

Os passivos para negociação são inicialmente reconhecidos e avaliados pelo valor justo no balanço e, os custos de transação são registrados diretamente no resultado do período. Todas as mudanças no valor justo são reconhecidas no resultado em "Ganhos e perdas líquidos de ativos financeiros para negociação".

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010 a Companhia não possuía passivos financeiros mantidos para negociação.

b) Passivos financeiros a custo amortizado

São os passivos financeiros que não são avaliados pelo valor justo por meio do resultado. Estes passivos são inicialmente registrados pelo seu valor justo e subsequentemente mensurados ao custo amortizado. Incluem, dentre outros, recursos de instituições de crédito e de clientes, recursos de emissão de títulos de dívida e títulos de dívidas subordinadas.

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010 a Companhia não possuía passivos financeiros a custo amortizado.

2.6) Determinação do valor justo

O valor justo dos ativos financeiros é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na data do balanço. Se não houver cotação de preços de mercado disponível, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de definições de preços, modelos de cotações ou cotações de preços para instrumentos com características semelhantes.

As aplicações em fundos de investimentos, são avaliadas com base no valor da cota divulgada pelo Administrador do fundo investido, que reflète o valor de mercado dos investimentos que compõem a carteira do respectivo fundo.

2.7) Investimento em Controladas

São classificados como controladas as entidades as quais a Companhia exerce controle, ou seja, quando detém o poder de exercer a maioria dos direitos de voto. Poderá ainda existir controle quando a Companhia possuir, direta ou indiretamente, preponderâncias de gerir as políticas financeiras e operacionais de determinadas entidades para obter benefícios em suas atividades, mesmo que a percentagem que detém sobre o seu capital próprio for inferior a 50%. A existência e o efeito de potenciais direitos de voto, que são atualmente exercíveis ou conversíveis, são levados em consideração ao avaliar se a Companhia controla outra entidade.

Os investimentos em Companhias controladas e coligadas são registrados e avaliados pelo método de equivalência patrimonial, reconhecido no resultado do exercício como despesa (ou receita) operacional.

O resultado das controladas adquiridas ou vendidas durante os exercícios são incluídos nas demonstrações contábeis a partir da data efetiva de aquisição ou até a data em que o controle deixar de existir.

1 - Ágio (Goodwill)

O ágio (ou deságio) é originado no processo de aquisição de controladas, coligadas e joint ventures.

O ágio representa o excesso do custo de aquisição em razão do interesse da Companhia sobre o valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis adquiridos de uma controlada e coligada na data da aquisição. O ágio originado na aquisição de controladas e coligadas são incluídos no valor dos investimentos. Quando o excesso é negativo (deságio) este é reconhecido imediatamente no resultado como ganho na data de aquisição.

O ágio é testado anualmente e sempre que for observado um evento que cause a redução ao valor recuperável, comparando-se valor presente dos fluxos de caixa futuros esperados de uma unidade geradora de caixa ao valor contábil de seus ativos líquidos, incluindo o ágio atribuível e contabilizado ao custo deduzido das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável de ágio não podem ser revertidas. Ganhos e perdas auferidos na venda de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relativo à entidade vendida.

2.8) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

a) Ativos financeiros reconhecidos a custo amortizado

Em cada data das demonstrações contábeis, a Companhia avalia se há evidências objetivas de que os ativos financeiros não contabilizados pelo valor justo por meio do resultado estejam com perda de seu valor recuperável. As perdas por redução ao valor recuperável são incorridas se, e apenas se, existirem evidências objetivas que demonstrem a ocorrência de uma perda após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que a perda provoca um impacto nos fluxos de caixa futuros do ativo financeiro ou de grupos de ativos financeiros que podem ser estimados de modo confiável.

b) Ativos financeiros classificados como disponíveis para venda

A Companhia avalia em cada data das demonstrações contábeis se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está deteriorado. Se, em um período subsequente, o valor justo de um instrumento da dívida classificado como disponível para venda aumentar, e o aumento puder ser objetivamente relacionado a um evento que ocorreu após o prejuízo por redução ao valor recuperável ter sido reconhecido, a perda por redução ao valor recuperável é revertida da demonstração do resultado.

2.9) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (impairment)

Os valores contábeis dos ativos não financeiros, são revisados a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso de ágio e ativos intangíveis com vida útil indefinida, o valor recuperável é estimado todo ano.

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou UGC. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados ao menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a "unidade geradora de caixa ou UGC"). Para fins do teste do valor recuperável do ágio, o montante do ágio apurado em uma combinação de negócios é alocado à UGC ou ao grupo de UGCs para o qual o benefício das sinergias da combinação é esperado. Essa alocação reflète o menor nível no qual o ágio é monitorado para fins internos e não é maior que um segmento operacional determinado de acordo com o IFRS 8 e o CPC 22.

Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas na redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGC), e subsequentemente na redução dos outros ativos desta UGC (ou grupo de UGC) de forma *pro-rata*.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto a outros ativos, as perdas de valor recuperável é revertida somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor justo apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

continua...

Sumário Caderno Empresarial 2

BALANÇO	
A. TELECOM S.A.	32
BARDELLA SA INDUSTRIAS MECANICAS	25
CIA. MELHORAMENTOS DE S. PAULO	35
COMERCIAL CABO TV SÃO PAULO S.A.	48
GENERAL SHOPPING SA	13
GTR-T PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS S/A	22
LEMONTREE PARTICIPAÇÕES S.A.	2
OBRASCON HUARTE LAIN S/A DO BRASIL	41
SARAINVA SA LIVREIROS EDITORES	3
TELEFÔNICA DATA S.A.	38
TELEFONICA SISTEMA DE TELEVISAO S.A.	51
VENEZA EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.	23

Veneza Empreendimentos e Participações S.A.

CNPJ 08.503.652/0001-50

Sede: Avenida Ipiranga, 282, 9º andar, Consolação, São Paulo, SP



9001

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Em Reais mil

2.10) Propriedade para investimento

Propriedade para investimento é a propriedade mantida para auferir receita de aluguel ou para valorização de capital ou para ambos, mas não para venda no curso normal dos negócios, utilização na produção ou fornecimento de produtos ou serviços ou para propósitos administrativos.

As propriedades para Investimentos são registradas pelo custo de aquisição, formação ou construção, deduzidos das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear à taxa que levam em consideração o tempo de vida útil econômico estimado dos bens. A Companhia revisa periodicamente a estimativa da vida útil e valor residual das propriedades para Investimentos. Os gastos incorridos com reparos e manutenção que representem melhoria, aumento da capacidade ou da vida útil são capitalizados, enquanto que os demais são registrados no resultado do período. A recuperação das propriedades por meio das operações futuras é acompanhada periodicamente.

2.11) Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, sendo:

- **Ativos Contingentes:** não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;
- **Provisões:** são constituídas levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;
- **Passivos Contingentes:** são utilizados para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas; e
- **Obrigações Legais:** Provisão para Riscos Fiscais decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

2.12) Patrimônio Líquido

a) Lucro por ação

A Companhia apresenta dados de lucro por ação básico. O lucro por ação básico é calculado dividindo-se o lucro líquido atribuível aos acionistas da Companhia pela média ponderada das ações ordinárias durante o ano, excluindo a quantidade média das ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas em tesouraria. Não há diferença entre o lucro básico e diluído, pois não há instrumentos potenciais diluíveis.

b) Dividendos a pagar

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como passivo nas demonstrações contábeis, no período em que a distribuição é aprovada por eles, ou quando da proposição do dividendo mínimo obrigatório previsto no Estatuto da Companhia.

2.13) Reconhecimento da Receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber no curso normal das atividades da Companhia. A Companhia reconhece a receita quando o seu valor puder ser mensurado com segurança, for provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração, o tipo de transação.

Receitas Financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos (incluindo ativos financeiros disponíveis para venda), receita de dividendos (exceto para os dividendos recebidos de investidas avaliadas por equivalência patrimonial na controladora), ganhos na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, ganhos na reavaliação a valor justo de participação pré existente em controlada, ganhos nos instrumentos de *hedge* que são reconhecidos no resultado e reclassificações de ganhos previamente reconhecidos em outros resultados abrangentes. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. A receita de dividendos é reconhecida no resultado na data em que o direito do Grupo em receber o pagamento é estabelecido. As distribuições recebidas de investidas registradas por equivalência patrimonial reduzem o valor do investimento.

2.14) Imposto de Renda e Contribuição Social

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%, quando aplicável. A provisão para contribuição social é calculada sobre o lucro antes do imposto de renda, considerando a alíquota de 9%. Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes. A despesa com imposto de renda corrente é calculada como a soma do imposto corrente resultante da aplicação da alíquota adequada ao lucro real do exercício (líquido de quaisquer ajustes previstos para fins fiscais) e das mutações nos ativos e passivos fiscais diferidos reconhecidos na demonstração consolidada do resultado.

Os créditos tributários sobre adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de sua realização, considerando os estudos técnicos e as análises realizadas pela Administração.

De acordo com a Lei nº 11.941/09, as modificações no critério de reconhecimento de receitas, custos e despesas computadas na apuração do lucro líquido do exercício, introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e pelos artigos 37 e 38 da Lei nº 11.941/09, não têm efeitos para fins de apuração do lucro real da pessoa jurídica optante pelo Regime Tributário de Transição - RTT, devendo ser considerados, para fins tributários, os métodos e critérios contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007. Para fins contábeis, os efeitos tributários da adoção da Lei nº 11.638/07 estão registrados nos ativos e passivos diferidos correspondentes.

3) GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Companhia é parte integrante da Organização Bradesco, sendo que seu gerenciamento de risco é realizado por área especializada da Organização, de maneira corporativa e centralizada, sendo um processo contínuo e evolutivo de mapeamento, desenvolvimento, aferição e diagnóstico através de modelos, instrumentos e procedimentos vigentes, exigindo alto grau de disciplina e controle nas análises das operações efetuadas, preservando a integridade e a independência dos processos.

3.1) Valor justo de ativos e passivos financeiros

A Companhia aplica o CPC 40 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

Nível 1

Preços cotados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos. Ativos e passivos de Nível 1 incluem títulos de dívida e patrimoniais e contratos de derivativos que são negociados em um mercado ativo, assim como títulos públicos brasileiros que são altamente líquidos e ativamente negociados em mercados de balcão.

Nível 2

Dados observáveis que não os preços de Nível 1, tais como preços cotados para ativos ou passivos similares; preços cotados em mercados não ativos; ou outros dados que são observáveis no mercado ou que possam ser confirmados por dados observáveis de mercado para substancialmente todo o prazo dos ativos ou passivos. Os ativos e passivos de Nível 2 incluem contratos de derivativos cujo valor é determinado usando um modelo de precificação com dados que são observáveis no mercado ou que possam ser deduzidos principalmente de ou ser confirmados por dados observáveis de mercado, incluindo mas não limitados a curvas de rendimento, taxas de juros, volatilidades, preços de títulos de dívida e patrimoniais e taxas de câmbio.

Nível 3

Dados não observáveis que são suportados por pouca ou nenhuma atividade de mercado e que sejam significativos ao valor justo dos ativos e passivos. Os ativos e passivos de Nível 3 geralmente incluem instrumentos financeiros cujo valor é determinado usando modelos de precificação, metodologias de fluxo de caixa descontado, ou técnicas similares, assim como instrumentos para os quais a determinação do valor justo requer julgamento ou estimativa significativos da administração. Esta categoria geralmente inclui certos títulos emitidos por instituições financeiras e empresas não financeiras e certos contratos de derivativos.

4) USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

Nas Demonstrações Contábeis foram utilizadas algumas estimativas e julgamentos contábeis elaborados a fim de quantificar determinados ativos e passivos. Tais estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se em experiência histórica e diversos outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, considerados razoáveis nas circunstâncias atuais. Essas estimativas e julgamentos contábeis referem-se basicamente ao seguinte item:

Determinados ativos, estão sujeitos à revisão de perda de valor recuperável (*impairment*). As despesas com perda de valor recuperável são registradas quando existem evidências claras de perda de valor recuperável, ou de não-recuperabilidade do custo dos ativos. A avaliação de que constitui perda de valor recuperável é uma matéria que requer um nível significativo de julgamento.

As informações sobre incertezas, premissas e estimativas que possam risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro, estão incluídas na seguinte nota explicativa:

Nota 6 - Propriedade para investimento - Valor de mercado.

5) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2011	2010
Disponibilidades em moeda nacional (1).....	17	6
Fundos de Investimentos Financeiros (2).....	60.327	27.945
Total de Caixa e Equivalentes de Caixa.....	60.344	27.951

(1) Refere-se a depósito bancário à vista.

(2) Referem-se a aplicações de renda fixa em Fundos de Investimentos Financeiros, exclusivos a integrantes da Organização Bradesco e empresas a ele ligadas, que sejam considerados investidores qualificados, administrados pelo Banco Bradesco S.A., montante de R\$ 60.327 (2010 - R\$ 27.944).

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Administradores da

Veneza Empreendimentos e Participações S.A.

São Paulo - SP

Introdução

Revisamos o balanço patrimonial da Veneza Empreendimentos e Participações S.A., em 31 de dezembro de 2011, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, incluindo o resumo das práticas contábeis significativas e demais notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração e apresentação adequada dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Nossa revisão foi efetuada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão. Essas normas requerem que a revisão seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança limitada de que as demonstrações contábeis apresentadas estão livres de distorção relevante. Uma revisão está limitada, principalmente, a indagações ao pessoal da entidade e a aplicação de procedimentos analíticos aos dados financeiros e, portanto, proporcionam menos segurança do que uma auditoria. Não realizamos uma auditoria e, conseqüentemente, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as demonstrações contábeis não estão apresentadas adequadamente, em todos os aspectos relevantes, em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

6) PROPRIEDADE PARA INVESTIMENTO

	Em 31 de dezembro de 2011		
	Valor de Aquisição	Depreciação	Valor de Mercado
Edificação.....	55.121	(10.657)	140.000
Terrenos.....	6.491	-	150.000
Total.....	61.612	(10.657)	290.000

	Em 31 de dezembro de 2010		
	Valor de Aquisição	Depreciação	Valor de Mercado
Edificação.....	55.121	(8.452)	140.000
Terrenos.....	6.031	-	150.000
Total.....	61.152	(8.452)	290.000

As Propriedades para Investimento são representadas por imóveis locados à empresas da Organização Bradesco e, conforme facultado pelo CPC 28, a Companhia decidiu avaliar tais imóveis ao custo histórico menos a provisão para depreciação e perda por redução ao valor recuperável, se aplicável. Em 31 de dezembro de 2011 o valor de mercado das Propriedades para Investimento montava em R\$ 290.000.

O valor de mercado foi elaborado, adotando-se o critério de "Parecer Técnico", previsto na "Norma NBR-14653" da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, emitido em 16/04/2010 pela Empresa Brasileira de Estudos de Patrimônio. As despesas de depreciação relacionadas a estes imóveis montam R\$ 2.205 (2010 - R\$ 2.205) e as receitas de aluguel montam R\$ 35.060 (2010 - R\$ 29.783).

7) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Composição do Capital Social em ações

O Capital Social é dividido em ações nominativas-escriturais, sem valor nominal.

	Em 31 de dezembro	
	2011	2010
Ordinárias.....	70.836.340	70.836.340
Total.....	70.836.340	70.836.340

b) Reservas de capital

A reserva de capital é composta principalmente por ágio pago pelos acionistas na subscrição de ações. A reserva de capital é utilizada para (i) absorção de prejuízos que ultrapassarem os lucros acumulados e as reservas de lucros, (ii) resgate, reembolso ou compra de ações, (iii) resgate de partes beneficiárias, (iv) incorporação ao capital social e (v) pagamento de dividendo a ações preferenciais, quando essa vantagem lhes for assegurada.

c) Reservas de Lucros

	Em 31 de dezembro	
	2011	2010
Reservas de Lucros.....	57.007	26.560
- Reserva Legal (1).....	4.994	3.457
- Reserva Estatutária (2).....	52.013	23.103

(1) Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos;

(2) Visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Companhia, pode ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, mediante proposta da Diretoria, aprovada pelo Conselho e deliberada pela Assembleia Geral, sendo o saldo limitado a 95% do Capital Social Integralizado.

d) Dividendos mínimos obrigatórios

Os cálculos dos dividendos estão demonstrados a seguir:

	Em 31 de dezembro			
	2011	% (1)	2010	% (1)
Lucro Líquido do Exercício.....	30.739		24.564	
Reserva Legal.....	(1.537)		(1.228)	
Base de Cálculo.....	29.202		23.336	
Dividendos mínimos obrigatórios.....	292	1	233	1
Total dos Dividendos.....	292	1	233	1

(1) Percentual dos dividendos sobre a base de cálculo.

8) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) O Imposto de Renda e a Contribuição Social calculados com base no lucro presumido, no montante de R\$ 5.391 (2010 - R\$ 3.968) foram provisionados e registrados no resultado do exercício.

b) Tributos a Compensar ou a Recuperar

Os tributos a compensar ou a recuperar, referem-se ao imposto de renda retido na fonte sobre aplicações financeiras no montante de R\$ 406 (2010 - R\$ 122).

c) Impostos e Contribuições a Recolher no montante R\$ 1.580 (2010 - R\$ 1.172), referem-se a Imposto de Renda no montante de R\$ 1.080 (2010 - R\$ 788), Contribuição Social R\$ 391 (2010 - R\$ 286), PIS R\$ 19 (2010 - R\$ 17) e Cofins R\$ 90 (2010 - R\$ 81).

9) RECEITAS FINANCEIRAS LÍQUIDAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2011	2010
Rendimento de Aplicações em Fundos de Investimentos Financeiros.....	4.708	2.210
Total.....	4.708	2.210

10) DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2011	2010
Ediais e Publicações.....	93	90
Serviços de Terceiros.....	33	22
Contribuição Sindical Patronal.....	27	39
Outras.....	-	17
Total.....	153	168

11) PARTES RELACIONADAS

a) As transações com partes relacionadas estão assim representadas:

	Em 31 de dezembro			
	2011		2010	
	Ativo (passivo)	Receitas (despesas)	Ativo (passivo)	Receitas (despesas)
Caixa e Equivalentes de Caixa:				
Banco Bradesco S.A.....	17	-	6	-
Dividendos a Pagar:				
Andorra Holdings Ltda.....	(292)	-	(233)	-
Receitas de Aluguel:	-	35.060	-	29.783
Banco Bradesco S.A.....	-	35.060	-	29.783

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

A empresa é a parte integrante da Organização Bradesco e seus administradores são remunerados pelos cargos que ocupam no Banco Bradesco S.A., controlador da Companhia.

12) OUTRAS INFORMAÇÕES

a) A empresa, em 31 de dezembro de 2011 e 2010, não possuía operações com Instrumentos Financeiros Derivativos.

b) Devido às características da Companhia não há componentes de outros resultados abrangentes.

c) Em dezembro de 2011 e 2010 não há processos com riscos fiscais, cíveis e trabalhistas avaliados como perda possíveis, ou prováveis de natureza relevantes.

A DIRETORIA

Daniel José Liberati – Contador – CRC – 1SP178435/O-6

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e com base na nossa revisão, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Revisão dos valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente revisados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado em 28 de janeiro de 2011, que não conteve qualquer modificação.

Osasco, 15 de fevereiro de 2012



KPMG Auditores Independentes

CRC 2SP014428/O-6

André Dala Pola
Contador CRC 1SP214007/O-2

Sumário Caderno Empresarial 2

BALANÇO	
A. TELECOM S.A.....	32
BARDELLA SA INDUSTRIAS MECANICAS.....	25
CIA. MELHORAMENTOS DE S. PAULO.....	35
COMERCIAL CABO TV SÃO PAULO S.A.....	48
GENERAL SHOPPING SA.....	13
LTR-T PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS S/A.....	22
LEMONTREE PARTICIPAÇÕES S.A.....	2
OBRASCON HUARTE LAIN S/A DO BRASIL.....	41
SARAIVA SA LIVREIROS EDITORES.....	3
TELFÔNICA DATA S.A.....	38
TELEFONICA SISTEMA DE TELEVISAO S.A.....	51
VENEZA EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.....	23

Veneza Empreendimentos e Participações S.A.

CNPJ: 08.503.652/0001-50

Sede: Avenida Ipiranga, 282, 9º andar, Consolação, São Paulo, SP

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Colocamos-nos à disposição de V.S.as para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários.

São Paulo, SP, 15 de fevereiro de 2012.

Diretoria

Senhores Acionistas,

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.S.as, as Demonstrações Contábeis da Veneza Empreendimentos e Participações S.A., relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011, acompanhadas das Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes.

Table with columns: ATIVO, CIRCULANTE, NÃO CIRCULANTE, TOTAL. Rows include Caixa e Equivalentes de Caixa, Tributos a Compensar ou a Recuperar, etc.

Table with columns: PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO, CIRCULANTE, PATRIMÔNIO LÍQUIDO, TOTAL. Rows include Impostos e Contribuições a Recolher, Dividendos a Pagar, etc.

Table with columns: 2011, 2010. Rows include 1.948, 1.463, 1.580, 1.172, etc.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - Em Reais mil

Table with columns: Exercícios findos em 31 de dezembro, 2011, 2010. Rows include RECEITA OPERACIONAL BRUTA, RECEITAS OPERACIONAIS, DESPESAS OPERACIONAIS, RESULTADO OPERACIONAL, etc.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO - Em Reais mil

Table with columns: Capital Social, Reservas de Lucros, Lucros Acumulados. Rows include Saldo em 31.12.2009, Saldo em 31.12.2010, Saldo em 31.12.2011.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - Em Reais mil

Table with columns: Exercícios findos em 31 de dezembro, 2011, 2010. Rows include Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais, Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento, Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - Em Reais mil

Table with columns: Descrição, 2011, 2010, %. Rows include 1- RECEITAS, 2- INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS, 3- VALOR ADICIONADO BRUTO, etc.

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Em Reais mil

1) CONTEXTO OPERACIONAL
A Veneza Empreendimentos e Participações S.A. é uma empresa que tem como objetivo a administração, locação, compra e venda de bens próprios e participação em outras sociedades como cotista ou acionista.
2) RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS
As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas a seguir:
2.1) Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis
As demonstrações contábeis elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as normas contábeis brasileiras emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs), aplicáveis a pequenas e médias empresas - Pronunciamento Técnico PME - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas.
2.2) Moeda funcional e moeda de apresentação
Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados utilizando-se a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("moeda funcional").
2.3) Caixa e equivalentes de caixa
Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e fundos de investimentos, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação é superior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor, que são utilizados para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.
2.4) Ativos Financeiros
A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado subdividido em: mantidos para negociação e designados ao valor justo por meio de resultado, no reconhecimento inicial, disponíveis para venda, mantidos até o vencimento e empréstimos e recebíveis.
2.5) Passivos Financeiros
A Companhia classifica seus passivos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e custo amortizado.
2.6) Determinação do valor justo
O valor justo dos ativos financeiros é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na data do balanço.
2.7) Investimento em Controladas
São classificadas como controladas as entidades às quais a Companhia exerce controle, ou seja, quando detém o poder de exercer a maioria dos direitos de voto.
2.8) Ativos financeiros reconhecidos a custo amortizado
A Companhia avalia se há evidências objetivas de que os ativos financeiros não contabilizados pelo valor justo por meio do resultado estejam com perda de valor recuperável.
2.9) Redução do valor recuperável de ativos não financeiros
Os valores contábeis dos ativos não financeiros, são revisados a cada data da apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável.
2.10) Propriedade para investimento
Propriedade para investimento é a propriedade mantida para auferir receita de aluguel ou para valorização de capital ou para ambos, mas não para venda no curso normal dos negócios, então o valor recuperável do ativo é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda.
2.11) Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes
O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, sendo:
Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre os quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de pagamento por recebimento ou compensação com outro passivo exigível.
Ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas.
Provisões: são constituídas levando em conta o opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a totalidade das obrigações legais e a possibilidade de que ocorram fatos que ocasionem uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.
Passivos Contingentes: são utilizados para passivos que não são reconhecidos, pois a existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um evento futuro e incerto que não esteja sob o controle da Administração. Os passivos contingentes são reconhecidos quando os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apresentadas divulgadas em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas.
2.12) Patrimônio Líquido
a) Lucro por ação
A Companhia apresenta dados de lucro por ação básico. O lucro por ação básico é calculado dividindo-se o lucro líquido atribuído aos acionistas da Companhia pela totalidade ponderada das ações ordinárias durante o ano, excluindo a quantidade média das ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas em tesouraria. Não há diferença entre o lucro básico e diluído, pois não há instrumentos potenciais diluidos.
b) Dividendos a pagar
A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como passivo nas demonstrações contábeis, no período em que a distribuição de dividendos é aprovada pelo Conselho de Administração em atendimento ao disposto no Estatuto da Companhia.
2.13) Reconhecimento da Receita
A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber no curso normal das atividades da Companhia.
2.14) Provisão de Renda e Contribuição Social
A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%, quando aplicável.
2.15) Gerenciamento de Riscos
As Demonstrações Contábeis foram utilizadas algumas estimativas e julgamentos contábeis elaborados a fim de quantificar determinados ativos e passivos.
2.16) Valor Justo de Ativos e Passivos Financeiros
A Companhia aplica o CPC 40 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações de acordo com o nível de seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:
Nível 1: Preços cotados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos. Ativos e passivos de Nível 1 incluem títulos de dívida e patrimoniais e contratos OTC derivativos que são negociados em um mercado ativo, assim como títulos públicos brasileiros que são altamente líquidos e ativamente negociados em mercados de balcão.
Nível 2: Ativos e passivos que não são preços de Nível 1, tais como preços cotados para ativos ou passivos similares, preços cotados em mercados não ativos, ou outros dados de que são observáveis no mercado ou que possam ser confirmados por dados observáveis de mercado para substancialmente todo o prazo dos ativos ou passivos. Os ativos e passivos de Nível 2 incluem contratos de derivativos cujo valor é determinado usando um modelo de precificação com dados observáveis e instrumentos de Nível 3 geralmente incluem instrumentos financeiros cujo valor é determinado usando modelos de precificação, metodologias de ganho de caixa descontado, ou técnicas similares, assim como instrumentos para os quais a determinação do valor justo requer julgamento ou estimativa significativa da administração. Esta categoria geralmente inclui certos títulos emitidos por instituições financeiras e empresas não financeiras e certos contratos de derivativos.
Nível 3: Dados não observáveis que são suportados por pouca ou nenhuma atividade de mercado e que sejam significativos ao valor justo dos ativos e passivos. Os derivativos de Nível 3 geralmente incluem instrumentos financeiros cujo valor é determinado usando modelos de precificação, metodologias de ganho de caixa descontado, ou técnicas similares, assim como instrumentos para os quais a determinação do valor justo requer julgamento ou estimativa significativa da administração. Esta categoria geralmente inclui certos títulos emitidos por instituições financeiras e empresas não financeiras e certos contratos de derivativos.
4) USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS
Nas Demonstrações Contábeis foram utilizadas algumas estimativas e julgamentos contábeis elaborados a fim de quantificar determinados ativos e passivos.
5) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA
Disponibilidades em moeda nacional (1) 2011 17 2010 6
Fundos de Investimentos Financeiros (2) 60.327 27.945
Total de Caixa e Equivalentes de Caixa 60.344 27.951
(1) Refere-se a depósito bancário à vista.
(2) Refere-se a aplicações de renda fixa em Fundos de Investimentos Financeiros, exclusivos a integrantes da Organização Brasileira ou empresas e entidades ligadas, que sejam considerados investidores qualificados, administrados pelo Banco Bradesco S.A., montante de R\$ 60.327 (2011) - R\$ 90.344 (2010).

Veneza Empreendimentos e Participações S.A.

CNPJ 08.503.652/0001-50

Sede: Avenida Ipiranga, 282, 9º andar, Consolação, São Paulo, SP



6) PROPRIEDADE PARA INVESTIMENTO

	Valor de Aquisição	Depreciação	Valor de Mercado
Edificação	55.121	(10.657)	44.464
Terenos	6.491	-	6.491
Total	61.612	(10.657)	50.955

	Valor de Aquisição	Depreciação	Valor de Mercado
Edificação	55.121	(8.452)	46.669
Terenos	6.031	-	6.031
Total	61.152	(8.452)	52.700

As Propriedades para Investimento são representadas por imóveis locados à empresa da Organização Bradesco e, conforme facultado pelo CPC 28, a Companhia decidiu avaliar tais imóveis ao custo histórico menos a provisão para depreciação e perda por redução ao valor recuperável, se aplicável. Em 31 de dezembro de 2011 o valor de mercado das Propriedades para Investimento montava em R\$ 290.000.

O valor de mercado foi elaborado, adotando-se o critério de "Parceiro Técnico", previsto na "Norma NBR-14653" da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, emitida em 16/04/2010 pela Empresa Brasileira de Estudos de Patrimônio.

As despesas de depreciação relacionadas a estes imóveis montam R\$ 2.205 (2010 - R\$ 2.205) e as receitas de aluguel montam R\$ 35.060 (2010 - R\$ 29.783).

7) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Composição do Capital Social em ações

O Capital Social é dividido em ações nominativas-escriturais, sem valor nominal.

	2011	2010
Ordinárias	70.836.340	70.836.340
Total	70.836.340	70.836.340

b) Reservas de capital

A reserva de capital é composta principalmente por ágio pago pelos acionistas na subscrição de ações. A reserva de capital é utilizada para (i) aborção de prejuízos que ultrapassem os lucros acumulados e as reservas de lucros, (ii) resgate, reembolso ou compra de ações, (iii) resgate de partes beneficiárias, (iv) incorporação ao capital social e (v) pagamento de dividendos a ações preferenciais, quando essas vantagens lhes for assegurada.

c) Reservas de Lucros

	2011	2010
Reserva Legal (1)	4.994	4.994
Reserva Estatutária (2)	52.013	23.103
Total	57.007	28.560

(1) Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos.

(2) Visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Companhia, pode ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, mediante proposta da Diretoria, aprovada pelo Conselho e deliberada pela Assembleia Geral, sendo o saído limitado a 95% do Capital Social Integralizado.

d) Dividendos mínimos obrigatórios

Os cálculos dos dividendos estão demonstrados a seguir:

	2011	% (1)	2010	% (1)
Lucro Líquido do Exercício	30.739	-	24.564	-
Reserva Legal	(1.537)	-	(1.228)	-
Base de Cálculo	29.202	95	23.336	95
Dividendos mínimos obrigatórios	292	1	233	1
Total dos Dividendos	292	1	233	1

(1) Percentual dos dividendos sobre a base de cálculo.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Administradores da

Veneza Empreendimentos e Participações S.A.

São Paulo - SP

Introdução

Revisamos o balanço patrimonial da Veneza Empreendimentos e Participações S.A., em 31 de dezembro de 2011, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, incluindo o resumo das práticas contábeis significativas e demais notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração e apresentação adequada dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Nossa revisão foi efetuada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão. Essas normas requerem que a revisão seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança limitada de que as demonstrações contábeis apresentadas estão livres de distorção relevante. Uma revisão está limitada, principalmente, a indagações ao pessoal da entidade e a aplicação de procedimentos analíticos aos dados financeiros e, portanto, proporcionam menos segurança do que uma auditoria.

Não realizamos uma auditoria e, consequentemente, não expressamos uma opinião de auditoria.

8) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) O Imposto de Renda e a Contribuição Social calculados com base no lucro presumido, no montante de R\$ 5.391 (2010 - R\$ 3.968) foram provisionados e registrados no resultado do exercício.

b) Tributos a Compensar ou a Recuperar

Os tributos a compensar ou a recuperar, referem-se ao imposto de renda retido na fonte sobre aplicações financeiras no montante de R\$ 406 (2010 - R\$ 122), C/Impostos e Contribuições a Recolher no montante R\$ 1.580 (2010 - R\$ 1.172), referem-se a Imposto de Renda no montante de R\$ 1.080 (2010 - R\$ 788), Contribuição Social R\$ 391 (2010 - R\$ 286), PIS R\$ 19 (2010 - R\$ 17) e Cofins R\$ 90 (2010 - R\$ 81).

9) RECEITAS FINANCEIRAS LÍQUIDAS

Rendimento de Aplicações em Fundos de Investimentos Financeiros

	2011	2010
Total	4.708	2.210

10) DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

Exercícios findos em 31 de dezembro

	2011	2010
Total	4.708	2.210

11) PARTES RELACIONADAS

a) As transações com partes relacionadas estão assim representadas:

Exercícios findos em 31 de dezembro

	2011	Receitas (despesas)	2010	Receitas (despesas)
Caixa e Equivalentes de Caixa:				
Banco Bradesco S.A.	17	-	6	-
Dividendos a Pagar:				
Andorra Holdings Ltda.	(292)	-	(233)	-
Receitas de Aluguel:		35.060		29.783
Banco Bradesco S.A.	-	35.060	-	29.783

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

A empresa é a parte integrante da Organização Bradesco e seus administradores são remunerados pelos cargos que ocupam no Banco Bradesco S.A., controlador da Companhia.

12) OUTRAS INFORMACIONES

a) A empresa, em 31 de dezembro de 2011 e 2010, não possuía operações com Instrumentos Financeiros Derivativos.

b) Devido às características da Companhia não há componentes de outros resultados abrangentes.

c) Em dezembro de 2011 e 2010 não há processos com riscos fiscais, civis e trabalhistas avaliados como perda possíveis, ou prováveis de natureza relevantes.

Daniel José Liberati – Contador – CRC – 1SP178435/O-6

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Administradores da

Veneza Empreendimentos e Participações S.A.

São Paulo - SP

Introdução

Revisamos o balanço patrimonial da Veneza Empreendimentos e Participações S.A., em 31 de dezembro de 2011, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, incluindo o resumo das práticas contábeis significativas e demais notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração e apresentação adequada dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Nossa revisão foi efetuada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão. Essas normas requerem que a revisão seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança limitada de que as demonstrações contábeis apresentadas estão livres de distorção relevante. Uma revisão está limitada, principalmente, a indagações ao pessoal da entidade e a aplicação de procedimentos analíticos aos dados financeiros e, portanto, proporcionam menos segurança do que uma auditoria.

Não realizamos uma auditoria e, consequentemente, não expressamos uma opinião de auditoria.

KPMG
KPMG Auditores Independentes
CRC ZSP014428/O-6

Osasco, 15 de fevereiro de 2012

André Dala Pola
CRC 1SP214007/O-2



AFEGANISTÃO

Militar dos EUA

acusado de chacina

será iniciado por

17 homicídios

SÍRIA

Tropas leais ao

regime disparam

contra vilarejos

libaneses

UM CAPITÃO NO COMANDO DE MALI

Militares derrubam presidente eleito do país africano, acusado de ser incapaz de lidar com rebeldes nômades e a Al-Qaeda.

Soldados amotinados do Mali, no oeste da África, derrubaram o governo democraticamente eleito do país e foram à televisão estatal ontem para declarar que haviam tomado o poder em protesto contra o fracasso das autoridades em sufocar uma rebelião de separatistas tuaregues e de membros da rede terrorista Al-Qaeda. O paradeiro do presidente Amadou Toumani Toure, de 63 anos, é desconhecido.

Em discurso na televisão estatal, o capitão Amadou Haya Sanogo, presidente do auto-proclamado Comitê Nacional para o Restabelecimento da Democracia e a Restauração do Estado (CNRDRE), anunciou a suspensão da Constituição e de todas as instituições do país, a destituição do governo e o estabelecimento do toque de recolher.

Posteriormente, os militares fecharam as fronteiras e o espaço aéreo do Mali.

Os golpistas, liderados por soldados com patente de capitão ou inferior, só fizeram o discurso em rede nacional de televisão após terem tomado definitivamente o controle do palácio presidencial, onde travaram fortes combates com as tropas leais a Toure, fatos que deixaram pelo menos 50 mortos, segundo fontes ligadas a trabalhos humanitários.

Disparos esporádicos continuavam a ser ouvidos ontem em Bamako, capital do Mali.

Por enquanto, se desconhece o paradeiro de Toure, que não se encontrava no palácio presidencial no momento da invasão, à qual seguiram saques e pilhagem.

Há informações que Toure, que deixaria o cargo após as eleições marcadas para abril, estaria sob a proteção de sua equipe de seguranças de elite, os "boinas vermelhas".

Fontes ligadas aos rebeldes

dissertaram à agência Efe que pelo menos três ministros foram detidos pelos golpistas, entre eles, Soumeyyou Boubeye Maiga (Relações Exteriores) e Kafouyouna Kone (Administração Territorial).

O golpe militar é um revés para a região, em que o Mali era uma das poucas democracias consolidadas.

Anarquia - Os golpistas justificaram sua ação com o argumento de que Toure tinha se revelado incapaz de administrar a crise no norte do país e o culpavam por não ter equipada as Forças Armadas com os recursos necessários para enfrentar grupos vinculados à Al-Qaeda nem nômades tuaregues que se infiltraram na região após a queda do regime de Muamar Kadafi na Líbia, no final do ano passado.

O porta-voz dos militares rebeldes, Amadou Konaré, disse que o objetivo é acabar com o estado de anarquia que teria tomado conta do país. Os amotinados postaram vídeos na internet. "O objetivo do CNRDRE não é confiscar o poder e nós juramos solenemente devolver o poder a um presidente democraticamente eleito, tão logo a unidade nacional e a integridade territorial sejam restabelecidas", disse Konaré.

Os combates no norte do Mali provocaram o deslocamento de aproximadamente 100 mil malineses, que buscam refúgio nos países vizinhos como Argélia, Mauritânia, Níger e Burkina Fasso, enquanto outros 95 mil fugiram para outras regiões mais tranquilas dentro do Mali.

Brasil - O Itamaraty afirmou, em nota, que "acompanha com preocupação os acontecimentos em curso".

O comunicado assegurou ainda que os cerca de 30 brasileiros no Mali permanecem em segurança. (Agências)

Mali TV/Reuters



Soldados amotinados fecham fronteiras do país, mas garantem que devolverão o poder.

Malin Paine/Reuters

